ATA DA 443 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CESAU
10.04.2017

1

1 No dia 10 de Abril de 2017 realizou-se a Reunião Ordinária 443^a do Conselho Estadual de
2 Saúde – CESAU, das 08h30 às 17h00, no Auditório do Conselho Estadual de Saúde,
3 situado na Avenida Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema – Fortaleza – CE. A reunião
4 conta com a presença dos Conselheiros: Ana Lúcia da Costa Mello e Silmara Cristine Brito
5 Furtado – (Representante da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE);
6 Sônia Maria Araújo Gonçalves – (Representante da Secretária da Educação do Estado do
7 Ceará – SEDUC); Jimilly Mendonça Maciel – (Representante da Federação das
8 Misericórdias e Entidades Filantrópicas do Ceará – FEMICE); Joel Isidoro Costa –
9 (Representante das Entidades Estaduais de Representação dos Médicos); Antonio Cleyton
10 Martins Magalhães e Pedro Alves de Araújo Filho – (Representantes das Entidades dos
11 Odontólogos); Francisca Lúcia Nunes de Arruda – (Representantes das Entidades dos
12 Enfermeiros); Érika Marques Nobre e Rosana Iorio Ferreira – (Representantes das
13 Entidades dos Outros Profissionais de Nível Superior); Lúcia de Fátima Queiroz de Oliveira
14 – (Representante das Entidades Estaduais de Representação dos Profissionais de Saúde
15 de Nível Médio); José Teles dos Santos – (Representante do Sindicato de Técnicos de
16 Segurança do Trabalho); Maria do Socorro Marques Ferreira Oliveira e Izabel de Moura
17 Pinto – (Representantes dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará);
18 Asevedo Quirino de Sousa – (Representante dos Agentes de Endemias); Rafael
19 Fernandes Ferreira – (Representante de Profissional de Nível Médio do Estado do Ceará);
20 Hernesto Luz Cavalcante – Representante das Centrais Sindicais (CENTRAL Única dos
21 Trabalhadores – CUT, e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB);
22 Francisco de Assis Marques Pires – (Representante da Federação de Entidades de
23 Bairros e Favelas – FBFF, e Central de Movimentos Populares – CMP); Francinete Cabral
24 Lima – (Representante da Rede de Catadores e Federação das Organizações
25 Comunitárias e Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP); Kilvia Maria Lima de Oliveira
26 Teixeira – (Representante das Comunidades Indígenas do Estado do Ceará); José Wilson
27 Teixeira – (Representante da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do
28 Ceará– FTIEC); José Cardoso Mendes – (Representante da Federação dos
29 Trabalhadores Empregados e Empregadas do Comércio e Serviços do Estado do Ceará –
30 FETRACE); José Rogério Martiniano de Sousa – (Representante da Federação dos
31 Trabalhadores da Agricultura do Ceará. – FETRAECE); Marcos Coelho Parahyba e
32 Lacia Farias Lacerda – (Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil– OAB –
33 Ceará); José Célio Peixoto Silveira e Francisco Erdivando Oliveira – (Representantes das
34 Entidades dos Portadores de Patologia); Ana Lúcia Botelho Maciel e Raimundo José
35 Rodrigues Monteiro – (Representantes das Entidades de Pessoas com Deficiência); Darcy
36 Oliveira Araújo – (Representante dos Órgãos de Defesa da Mulher); Francisca Liberata
37 Holanda de Oliveira – (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento
38 de Usuários do Município de Grande Porte – Fortaleza); Marlúcia Ramos de Fátima Sousa
39 Gomes – (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários
40 na Área Metropolitana de Fortaleza: Caucaia e/ ou Maracanaú); Cícero Antônio dos Santos
41 e Francisca Gregório de Oliveira – (Representantes de Conselheiros Municipais de Saúde
42 do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte da Região Sul do Estado do
43 Ceará); Francisco Júlio de Araújo – (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde,
44 do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte da Região Norte do Estado do
45 Ceará); Maria Arnete Borges e Antônio Ferreira de Sousa – (Representantes de
46 Conselheiros Municipais de Saúde, do Segmento de Usuários dos Municípios de Médio
47 Porte do Estado do Ceará); Francisca Douzinho dos Santos Silva – (Representante de
48 Conselhos Municipais de Saúde do Segmento de usuário dos Municípios de Pequeno
49 Porte do Estado do Ceará). Não justificaram ausência: Representantes da Secretaria das

ATA DA 443 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CESAU
10.04.2017

2

50 Cidades do Estado do Ceará; Representantes das Instituições Privadas de Saúde do
51 Estado do Ceará – AHECE / SINDESECE. Técnicos do CESAU: Joana D'Arc Taveira dos
52 Santos, José Hibiss Farias Ribeiro, Lucivaldo Farias Maciel, Manoel Rodrigues e Silva
53 Costa, Maria Áurea Martins de Sousa Silva, Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira,
54 Maria Valbenia de Almeida, Rogena Weaver Noronha Brasil, Paulo Cesar de Araújo,
55 Hariádina Salveano de Sousa. Apoio: Álvaro Mariani Neto, Manoel Geraldo Neto, Ozenir
56 Honório da Silva, Kaio Stênio Targino Silveria e Ana Cristina Tabosa. PARTICIPANTES:
57 Maria do Socorro Lopes Dantas, Solange Maria Melo, Anister Francisca Rocha, Adriano
58 Anastacio, Cristina Sampaio Vasconcelo, Fca. Lucilane Ferreira de Souza, Cristiano, Maria
59 Tereza Rodrigues Chaves, Albenizio Mauricio de Souza, Antônio Sousa Rabelo, Francisco
60 de Assis P. Da Silva, Marcio Rocha Teixeira, Marilia Silva Peixoto. A Pauta constou dos
61 seguintes itens: PROGRAMAÇÃO – 10/04/2017; 08h30 às 09h00 – Acolhimento; 09h00 às
62 09h30 – Informes; 09h30 às 12h00 – Pareceres Técnicos / Recomendações:
63 CTOF/CESAU – Parecer Técnico/ Recomendação Nº 05/2017; CTOF/CESAU – Parecer
64 Técnico/ Recomendação Nº 06/2017; CANOAS/CESAU – Parecer Técnico/
65 Recomendação Nº 07/2017; CANOAS/CESAU – Parecer Técnico/ Recomendação Nº
66 08/2017; CANOAS/CESAU – Parecer Técnico/ Recomendação Nº 09/2017;
67 CANOAS/CESAU – Parecer Técnico/ Recomendação Nº 10/2017; CANOAS/CESAU –
68 Parecer Técnico/ Recomendação Nº 11/2017; CANOAS/CESAU – Parecer Técnico/
69 Recomendação Nº 12/2017; CISTT/CESAU – Recomendação Nº 01/2017; CISTT/CESAU
70 – Recomendação Nº 02/2017; CISTT/CESAU – Recomendação Nº 04/2017;
71 CTSTMA/CESAU – Recomendação Nº 01/2017; CTSTMA/CESAU – Recomendação Nº
72 02/2017; CCOM/CESAU – Recomendação Nº 02/2017; CTGTES/CESAU –
73 Recomendação Nº 01/2017; CTGTES/CESAU – Recomendação Nº 02/2017;
74 CTGTES/CESAU – Recomendação Nº 03/2017; CTGTES/CESAU – Recomendação Nº
75 04/2017; 12h00 às 13h00 – Almoço; 13h00 às 15h30 – Conferência de Saúde das
76 Mulheres; 15h30 às 16h00 – Conferência de Vigilância em Saúde; 16h00 às 16h30 –
77 Política de Assistência Odontológica; 16h30 às 17h00 – Aprovação da ATA Nº 437 –
78 Reunião Extraordinária de 17 de Outubro de 2016; 17h00 – Encerramento. **A Presidente**
79 **do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** deu início a reunião
80 saudando a todos presentes, evidenciando a pauta sem alterações e abrindo para os
81 informes Comunicou a necessidade da escolha de um representante do CESAU para o
82 QualificaAPSUS para compor as oficinas e processos de formação. O CONSELHEIRO
83 PEDRO ALVES DE ARAÚJO FILHO FOI ESCOLHIDO COMO REPRESENTANTE.
84 Informou a disponibilização do equipamento de vídeo conferência para a utilização
85 durante palestras, reuniões entre outros, e sempre que houver interesse no uso, a CORES
86 deverá ser comunicada com 5 (cinco) dias de antecedência. Quando houver necessidade
87 de vídeo Conferência com a CRES, é preciso um comunicado com 15 dias de
88 antecedência para que seja feita uma agenda com as regiões envolvidas. Leu a solicitação
89 do MOPS Ceará que requisita alimentação para 100 participantes no evento que será
90 realizado no dia 25 de Maio 2017. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** solicitou
91 esclarecimentos quanto ao evento e lhe foi informado que se trata do Movimento Popular
92 de Saúde para o Fortalecimento das Políticas Públicas de Inclusão e Controle Social pois a
93 coordenação estadual não dispõe de recursos para a execução do mesmo e o evento é
94 gratuito. **O Conselheiro José Teles dos Santos** solicitou juntamente ao ofício de
95 solicitação, o projeto do evento para se saber quanto se custaria. **A Presidente do**
96 **Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** sugeriu essa votação depois
97 que a Secretaria Executiva do CESAU fizer o levantamento do valor. Fez a leitura de um
98 ofício em resposta a solicitação de retratação por parte do Conselheiro José Teles dos

99 Santos. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** falou do fórum de Solonópole onde
100 apenas 2 municípios, de uma previsão de 12, compareceram. Falou da eleição do
101 representante do Fórum Regional de Saúde no Crato. A Secretária do Município de Assaré
102 pediu ajuda e lhe foi recomentado que solicitasse apoio via e-mail ao CESAU. A respeito
103 desse caso, citou que a lei de criação do CMS de Assaré não está paritária. Outro informe
104 foi que algumas regionais de saúde estão devolvendo seus agentes de endemias para o
105 Ministério da Saúde e a SESA está acatando o encaminhando. Citou que a única sede do
106 MS é em Fortaleza, portanto, o trabalhador devolvido deve vir para o escritório na capital.
107 Na capital, não há a função de agente de endemias, o trabalhador é colocado em outra
108 função. Quando a CGU descobre o desvio de função obriga o trabalhador a devolver o
109 salário. Diante disso solicitou uma pauta para que isto fosse pontuado na câmara técnica
110 de gestão a devolução dos trabalhadores da FUNASA para seus locais de trabalho. **O**
111 **Conselheiro Francisco Júlio de Araújo** informou que ainda não foi possível a
112 participação do suplente por conta de um acidente de moto. Informou que o mesmo se
113 recupera bem. Também informou que a região que estava sofrendo com estiagem, está
114 chegando água. Solicitou que os conselheiros de Sobral atualmente estão precisando sair
115 da plenária as 3 horas da tarde por conta de um munícipe de sobral que por motivos de
116 saúde não pode ficar aguardando o término da reunião ate 19hs. Pediu a compreensão do
117 Pleno. Informou que foi cobrar do Conselho Municipal de Saúde de Sobral que o carro
118 destinado ao transporte de conselheiro seja para transportar conselheiro, sem que haja
119 contratempo que impeça o trabalho do controle social. **A Conselheira Maria Arnete**
120 **Borges** informou a respeito da situação da Conselheira Terezinha Ricardo, que após duas
121 operações no coração teve alta e passa bem em casa. Informou também que os
122 conselheiros estaduais estão começando a vir em carros das regionais de saúde. **O**
123 **Conselheiro Hernesto Luz Cavalcante** informou que os servidores públicos que são
124 cedidos aos municípios foram surpreendidos pelo contrato de cessão existente entre
125 municípios e estado. Isso gerou problemas para os servidores que hoje se vêem obrigados
126 a largarem seus municípios e ter que se apresentar na SESA. Pediu que isso seja incluído
127 como ponto de pauta. Também informou o compromisso no dia 28 de abril com a greve
128 geral contra o desmonte do Estado Brasileiro. **O Conselheiro Cicero Antonio dos Santos**
129 se disse satisfeito com a questão dos transportes como a conselheira Arnete falou. **A**
130 **Conselheira Francisca Douzinho dos Santos Silva** informou a respeito da falta de água
131 por conta da estiagem do rio na região do vale do Jaguaribe. **A Conselheira Francisca**
132 **Lúcia Nunes de Arruda** falou que é uma situação grave, o problema dos trabalhadores
133 memorou que durante uma reunião o conselho foi buscado e diante disso foi criada uma
134 pauta para discutir esse problema. Como trabalhadora sente-se indignada com este
135 tratamento e disse que a justificativa do município em devolver os servidores por não ter
136 dinheiro para pagar é infundada. **O Conselheiro Hernesto Luz Cavalcante** informou a
137 respeito do conselho gestor do CEREST, onde houve uma assembleia e tirado os nomes
138 daqueles que teriam representatividade neste conselho mas até agora não há
139 funcionamento do conselho gestor do CEREST. Solicitou um encaminhamento cobrando o
140 funcionamento deste conselho que contribui para o trabalho dos promotores de saúde no
141 Estado. **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** disse
142 que os últimos informes podem ser pautados nas câmaras para posteriormente retornarem
143 ao pleno do CESAU. Em seguida falou que é preciso retirar o nome de um conselheiro
144 para representar o CESAU no fórum Caminhos da Saúde em Defesa do SUS, cujas
145 reuniões acontecem nas segundas quarta-feiras de cada mês e o Assessor Paulo César de
146 Araújo é quem está acompanhando estas reuniões. COM 21 VOTOS FAVORÁVEIS, O
147 Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa FOI ESCOLHIDO REPRESENTANTE. Iniciou os

148 debates contra as reformas do governo Temer. **O Conselheiro Hernesto Luz Cavalcante**
149 destacou que a CUT e a FETRACE estão realizando Audiências Públicas nos 184
150 municípios do Estado do Ceará. A posição é de total repúdio a reforma pois compromete a
151 vida e a saúde dos trabalhadores. Como proposta, sugeriu que o conselho elabore e
152 divulgue uma nota com sua posição definida para que a sociedade tome conhecimento que
153 o CESAU está contra a reforma da previdência, trabalhista e o desmonte das políticas
154 públicas como o SUS. **O Conselheiro Antonio Cleyton Magalhães** perguntou se havia
155 alguém no Pleno que não estava ciente da situação de retirada de direitos que o país se
156 encontra. Se houvesse esclareceria. Defendeu que o CESAU aderisse ao dia da Greve
157 Nacional, onde os conselheiros possam ir como conselheiros de saúde. Solicitou
158 aprovação do pleno para publicação de notas e confecção de faixas com a palavra de
159 ordem e o logotipo do CESAU para de forma bem clara mostrar a posição do plenário. **O**
160 **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** disse que é muito importante a união de todas
161 as classes trabalhadoras deste País independente da unidade sindical. Citou que houve
162 uma reunião sindical dos delegados de base do SINTSEF onde todo o interior do Estado
163 do Ceará discutiu a pauta da mobilização para o enfrentamento das reformas do governo
164 culminando na paralisação do dia 28. Parabenizou as entidades indignas pela ocupação da
165 FUANI que há um bom tempo está ocupada. Citou que os indígenas são um excelente
166 exemplo, e que seria muito bom que os trabalhadores ocupassem todos os prédios
167 públicos do País. É preciso massificar a luta e não baixar a guarda. **O Conselheiro José**
168 **Cardoso Mendes** disse que por orientação do sindicato, todos os filiados da FETRACE
169 estão com faixas estampadas nas portas com frases de repúdio ao governo ilegítimo. **A**
170 **Conselheira Maria Arnete Borges** disse em nome das pessoas com deficiência gostaria
171 de assinar a carta de repúdio e também de participar da manifestação em Brasília. Pediu
172 que todos vissem a dificuldade que é uma pessoa com deficiência em chegar a Brasília e
173 acampar em frente ao congresso. Citou que todos serão atingidos pelas reformas, inclusive
174 as pessoas com deficiência que precisam das políticas para serem iguais a todos. **A**
175 **Conselheira Francisca Lúcia Nunes de Arruda** concordou que o CESAU precisa definir
176 sua posição contrária as medidas do governo e para isto disse que é preciso que se
177 divulgue no site da SESA à serviço do combate ao desmonte das políticas sociais que
178 desastrosamente vem sendo feitas. Disse que os planos de carreira, e o concurso público
179 tudo isto se encontra em cheque por conta do presidente ilegítimo que hoje lá se encontra.
180 **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** acrescentou
181 que poderia ser elaborado um documento para ser encaminhado à Câmara e ao Senado
182 Federal e um ofício para todas as instituições que possuem assento no CESAU solicitando
183 manifestação para publicação no site da nota de repúdio proposta pelo Governo Federal. **O**
184 **Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** disse que estas ações do Governo
185 Federal vão contra todas as garantias asseguradas pela ONU, e o corte destes direitos é
186 uma afronta. **O Conselheiro Francisco de Assis Marques Pires** disse que a federação
187 de bairros e favelas estará presente como sempre esteve, em todas as manifestações. **O**
188 **Conselheiro José Rogério Martiniano de Sousa** disse que a FETRAECE tem chamado
189 prefeitos e vereadores para discutir os impactos da PEC nos municípios através de
190 audiências públicas e mais de 100 municípios já foram contemplados e muitos destes já
191 emitiram notas de repúdio, notas estas que serão levadas para no dia da marcha nacional
192 dos municípios, em Brasília-DF. **O Assessor Gilson Fernandes** falou que as entidades
193 que são afiliadas ao governo não tem coragem de incrementar os atos propostos por eles,
194 e qualquer fala por estas entidades seria falso moralismo. **O Conselheiro Asevedo**
195 **Quirino de Sousa** sugeriu a fechada do CESAU no dia 28 de maio e fazer
196 encaminhamento para todas as unidades da SESA para participarem da manifestação.

197 Outro encaminhamento foi uma nota de apoio a luta dos indígenas no estado do Ceará. **A**
198 **Conselheira Kilvia Maria Lima de Oliveira Teixeira** falou do acampamento Terra Livre,
199 na Esplanada em Brasília. Falou que o governo do estado disponibilizou um ônibus para
200 levar os indígenas ao ato. EM REGIME DE VOTAÇÃO ENCAMINHAMENTO DE ADESÃO
201 À PARALISAÇÃO GERAL DO CESAU NO DIA 28 RECOMENDANDO QUE TODAS AS
202 UNIDADES DA SESA, COM EXCEÇÃO DAS UNIDADES DE URGÊNCIA E
203 EMERGÊNCIA, PARALISEM TAMBÉM SUAS ATIVIDADES NA MESMA OCASIÃO. COM
204 24 VOTOS FAVORÁVEIS, ENCAMINHAMENTO ACEITO. EM REGIME DE VOTAÇÃO
205 CRIAÇÃO DE UMA GRUPO COMPOSTO POR CINCO CONSELHEIROS E ASSESSORIA
206 TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE UMA NOTA DE REPÚDIO AO GOVERNO FEDERAL.
207 COM 25 VOTOS FAVORÁVEIS, ENCAMINHAMENTO ACEITO. **A Secretária Executiva**
208 **do CESAU Maria Goretti Sousa Pinheiro** com relação a confecção do material disse que
209 não havia tempo hábil para tal pois de acordo com a recomendação da SESA toda e
210 qualquer solicitação deverá ser feita com o prazo de 60 dias de antecedência já que a
211 gráfica que venceu a licitação fica em outro estado. EM REGIME DE VOTAÇÃO APOIO AO
212 MOVIMENTO INDIGENA NA OCUPAÇÃO DA FUNAI. COM 25 VOTOS FAVORÁVEIS. **O**
213 **Conselheiro José Célio Peixoto Silveira** fez a leitura dos Pareceres Técnicos e
214 Recomendações da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças para submissão de
215 votação em bloco. CTOF/CESAU – Parecer Técnico/ Recomendação N° 05/2017;
216 CTOF/CESAU – Parecer Técnico/ Recomendação N° 06/2017. “**PARECER**
217 **TÉCNICO/RECOMENDAÇÃO N° 05/2017 ASSUNTO - Esclarecimentos em relação aos**
218 **veículos adquiridos entre os anos de 2014 a 2016 destinados a utilização dos serviços na**
219 **Unidade de Baixa Volume– UBV/NUVET/SESA por Roberta de Paula Oliveira, Supervisora**
220 **do Núcleo de Controle de Vetores-NUVET/SESA e dos Pareceres das Áreas Técnicas da**
221 **SESA (COPROM/SESA). Fundamentação Legais: Constituição Federal /1988, Lei**
222 **Federal N° 8.080/90, Lei Federal N°8.142/90, Decreto N° 7.508/2011 – Regulamentação**
223 **da Lei N° 8.080/90, Lei Federal Complementar N°141/2012. Na reunião da Câmara**
224 **Técnica de Orçamento e Finanças–CTOF, ocorrida em 8/03/2017, no auditório do CESAU,**
225 **das 13:00 às 16:00 horas, os Conselheiros Estaduais de Saúde, membros da Câmara**
226 **supracitada debateram os conteúdos da apresentação pela representante do NUVET**
227 **sobre os veículos adquiridos entre os anos de 2014 a 2016 destinados a utilização dos**
228 **serviços na Unidade de Baixa Volume– UBV/NUVET/SESA e, os relatos das**
229 **representantes da COPROM/SESA. Após diversos esclarecimentos os Conselheiros**
230 **decidiram recomendar ao Pleno do Conselho Estadual de Saúde–CESAU:**
231 **RECOMENDAR 1) Uma apresentação sobre as atividades do Núcleo de Controle de**
232 **Vetores– NUVET/SESA por Roberta de Paula Oliveira, Supervisora do Núcleo de Controle**
233 **de Vetores- NUVET/SESA; 2) Solicitar ao Núcleo de Controle de Vetores-NUVET/SESA**
234 **estudo sobre os Fundamentos Técnicos da Montagem dos Equipamentos do Fumacê em**
235 **veículos.” “PARECER TÉCNICO/RECOMENDAÇÃO N° 05 - A /2017 APENAS**
236 **ENCAMINHAMENTO, ASSUNTO - Antecipar e providenciar para que seja apresentado na**
237 **Reunião do Pleno do Conselho Estadual em 13/03/2017 o Tema QualificaAPSUS/CE**
238 **Fundamentação Legais: Constituição Federal /1988, Lei Federal N° 8.080/90, Lei Federal**
239 **N°8.142/90, Decreto N° 7.508/2011 – Regulamentação da Lei N° 8.080/90, Lei Federal**
240 **Complementar N°141/2012 Na reunião da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças –**
241 **CTOF, ocorrida em 8/03/2017, no auditório do CESAU, das 13:00 às 16:00 horas, os**
242 **Conselheiros Estaduais de Saúde, membros da Câmara supracitada debateram os**
243 **conteúdos da apresentação dos relatos das representantes da COPAS/SESA sobre o**
244 **repasso de recurso financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, para a**
245 **Secretaria de Saúde do Município de Tauá, através de repasse Fundo à Fundo (do**

246 FUNDES para o FMS), no valor de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).
247 Após diversos esclarecimentos os Conselheiros decidiram recomendar ao Pleno do
248 Conselho Estadual de Saúde – CESAU: RECOMENDAR 1) Antecipar e providenciar a
249 apresentação do Tema QualificaAPSUS/CE pela Supervisora Mariana Nunes Ferro Gomes
250 da Atenção Básica (AB) e assessoras Ana Márcia A. Rodrigues e Carmem Cemires B.
251 Cavalcante da COPAS/SESA na reunião ordinária do CESAU em 13.3.2017.” O
252 Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa comunicou que a senhora Roberta de Paula
253 Oliveira não estava a frente do Núcleo de Controle de Vetores-NUVET/SESA entre os
254 anos de 2014 a 2016. A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da
255 Costa Mello sugeriu que o parecer N° 05 por tratar de dois assuntos bem distintos fosse
256 desmembrado e transformado em dois pareceres. Com relação a permanência do nome de
257 Roberta de Paula Oliveira, Supervisora do NUVET/SESA, sugeriu que este nome fosse
258 mantido uma vez que foi a mesma quem prestou esclarecimentos em relação aos veículos
259 adquiridos, mas este texto é possível de correção. Disse também que a apresentação do
260 Tema QualificaAPSUS/CE havia sido feita na reunião anterior. O Conselheiro Cleyton
261 Martins Magalhães solicitou esclarecimentos com relação ao mérito da discussão da
262 aquisição dos carros fumacê. O Conselheiro José Célio Peixoto Silveira explicou que
263 houve um questionamento do Conselheiro José Teles dos Santos em saber se o carro
264 deveria ser cabine dupla ou simples, pois não caberia o equipamento do fumacê e diante
265 disso falou que este assunto já estava esclarecido quando a coordenadora compareceu ao
266 CESAU. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa explicou que está havendo um
267 equívoco. Falou que em 2013, quando ele ainda era gestor, foram utilizados recursos do
268 MAP para a aquisição de 14 carros cabine simples para completar a frota de carros fumacê
269 pois o equipamento não cabia em veículos de cabine dupla. Em 2014 foram realizados a
270 compra do que havia sido programado em 2013 mas como se tratava de um outro gestor,
271 acharam melhor comprar veículos com cabine dupla. Como o equipamento não podia ser
272 utilizado, os carros foram distribuídos para diversos setores, sem atender a demanda
273 inicial. Também falou que o esclarecimento foi dado por uma pessoa que não estava no
274 NUVET na época das solicitações e nem quando os veículos foram adquiridos. A
275 Conselheira Arnete disse que este assunto já havia sido discutido e apresentado na
276 câmara e não sabia porque ele estava sendo ativado. A Presidente do Conselho
277 Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello questionou a redação das recomendações
278 pois estas não condizem com o que está sendo debatido, já que esta solicita a
279 apresentação das atividades do núcleo. O Conselheiro José Célio Peixoto Silveira
280 apresentou o “PARECER TÉCNICO/RECOMENDAÇÃO N° 06 - A /2017 ASSUNTO:
281 Prestação de Contas/SESA - 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2016. Fundamentação:
282 CF/1988. Lei Federal N° 8.080/90, Lei Federal N° 8.142/90, Lei Federal Complementar N°
283 141/2012, Decreto no. 7.508/2011. Na Reunião da Câmara Técnica de Orçamento e
284 Finanças – CTOF, realizada em 05/04/2017, no auditório Waldir Arco Verde do CESAU, de
285 13:00hs às 17:00hs. Estiveram presentes as servidoras do Núcleo de Economia da Saúde
286 NUCONS/COAFI, Leilane da Silva Benecunte e Magna Ferreira da Silva apresentaram a
287 prestação de conta – Execução Orçamentária do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2016, da
288 Rede da SESA e da Escola de Saúde Pública – ESP/CE. Após diversos esclarecimentos
289 os Conselheiros decidiram recomendar ao Pleno do Conselho Estadual de Saúde –
290 CESAU: RECOMENDAR 1) Aprovação da Prestação de Conta - Execução Orçamentária
291 do 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2016, Fonte Tesouro do Estado e por Outras Fontes”.
292 Falou que depois de muito tempo se conseguiu estipular uma forma de entender e aprovar
293 as contas de forma clara. Estipulou um percentual de 75% da meta. Observou-se que tudo
294 aquilo que não foi feito se deu pela falta de dinheiro por parte da união. Logo, aquilo que

295 não é feito não se pode prestar conta. Falou que a aprovação foi feita e agora o foco seria
296 descobrir se as ações que não foram efetivadas pelo Estado por conta da falta de repasses
297 Federais continuariam a ser mantidos no plano. Enfatizou que tudo foi visto com extremo
298 cuidado e diante disto recomenda aprovação. **A ex-conselheira Tereza Chaves Malveira**
299 falou que o problema não é o repasse de dinheiro por parte do ente Federal, o problema
300 era a falta de execução daquilo que se planeja. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa** falou
301 que as falas do conselheiro José Célio Peixoto Silveira e da ex-conselheira Tereza Chaves
302 Malveira estão corretas e são extremamente graves. Citou que vive essa problemática
303 diariamente. Falou que a realidade dos fatos são completamente diferentes do que é
304 apresentado. Finalizou antecipando seu voto contrário a aprovação. Perguntou onde
305 estavam os representantes da gestão. **A Conselheira Maria Arnete Borges** disse que
306 aquilo que o coordenador da Câmara de Orçamento e Finanças tentou explicar é
307 inexplicável. Disse que não dava para votar a favor de um absurdo desse. **A Conselheira**
308 **Francisca Lúcia Nunes de Arruda** falou que a justificativa da não execução, não lhe dá
309 conforto para votar a favor. Falou inclusive que a Câmara de Orçamento e Finanças
310 deveria ser intersetorial para ampliar o debate com outros atores de dentro e de fora do
311 conselho. **O Conselheiro José Teles dos Santos** falou que na hora das discussões
312 aparecem apenas quatro conselheiros e o representante da gestão. Quando este está
313 apresentando e é indagado pelos motivos da não execução, a resposta é que o Federal
314 não depositou os recursos programados. Citou que o conselheiro não pode duvidar. Agora
315 se ele recebe uma informação em um outro momento dizendo que não há repasse pois o
316 Governo Estadual não executa, a gestão está mentindo. Se a apresentação deve ou não
317 deve ser apresentada no pleno, isto é um ponto, agora o que a câmara poderia fazer, ela
318 fez. **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** falou que
319 é preciso ter discernimento para avaliar o que foi apresentado. Se o recurso não foi
320 suficiente, isto é matéria para um outro ponto de pauta. Concordou que é contraditório
321 aprovar uma prestação de contas quando você vivencia uma realidade "in loco", como é o
322 caso do Conselheiro Joel Isidoro Costa que trabalha no HGF. Lembrou a todos o que está
323 sendo pautado é a aprovação do que foi realizado de acordo com os princípios da gestão
324 pública. **O Conselheiro José Célio Peixoto Silveira** explicou que quando os dados
325 chegam estes informam a porcentagem da execução da ação ou a justificativa de não
326 execução pela falta de recurso. **A Secretária Executiva do CESAU Maria Goretti Sousa**
327 **Pinheiro** disse que o próprio CESAU não prestou conta do convênio porque ele não foi
328 executado por conta dos protocolos. Disse que muitas vezes não se consegue realizar o
329 que se é planejado por conta de problemas burocráticos. Falou que muitas vezes a SESA
330 devolve recursos pois não executa as ações em tempo hábil. Citou que não entende o
331 motivo de cada dono da rubrica não comparecer nas reuniões para esclarecer as dúvidas
332 dos conselheiros. **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa**
333 **Mello** falou que esta pauta já tramita há muito tempo na câmara, e não na reunião onde
334 esta recomendação foi aprovada. Falou ainda que o que estava sendo discutido ali era o
335 mérito da execução orçamentária. O orçamento já foi aprovado. Para que se desaprove a
336 execução orçamentária é preciso trazer pontos para respaldar a desaprovação, como por
337 exemplo, qual foi o recurso gasto indevidamente, etc. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa**
338 falou que o trabalho da comissão foi perfeito, porém, está se criando uma conivência com
339 o que é errado pois estão se aprovando coisas erradas e dando carta branca para a gestão
340 continuar sem agir e solicitar aprovações. Perguntou que imagem o CESAU passará para
341 a sociedade. Sugeriu então chamar a CGETS para discutir com o pleno o motivo das não
342 execuções, já que eles como conselheiros não podem "desaprovar" as contas da gestão.
343 Falou ainda o que estava acontecendo é uma defesa da gestão e não do usuário. **O**

344 **Conselheiro José Célio Peixoto Silveira** disse que foram convocadas diversas reuniões
345 e que a cada dúvida que surgia sempre se convocava um técnico da SESA para prestar
346 esclarecimentos. Falou que os itens não satisfatórios todos foram esclarecidos pelo
347 NUCONS explicando o motivo da não realização. A metodologia de aprovar ou não era
348 baseada na leitura deste relatório. Os itens sem explicação ou que não eram aceitos, se
349 convocava o representante da ação para prestar esclarecimento. Todo este ritual foi
350 realizado. **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello**
351 falou da observação feita pelo conselheiro Joel Isidoro Costa na contradição de aprovar a
352 prestação de contas como esta quando todos sabem a realidade vivenciada nos hospitais.
353 Citou que o problema não está na aprovação das contas. O real problema está quando há
354 liberação dos recursos. Citou que hospitais polos, estratégicos e HPP há 12 anos recebem
355 a mesma quantidade de recursos, e o CESAU há doze anos aprova isso. Se aprova o
356 repasse de 70 mil reais para um hospital pagar pessoal, material e garantir seu
357 funcionamento. Quando chega na hora de aprovar o uso deste recurso surgem os
358 questionamentos. Falou que os questionamentos que estão aparecendo são válidos e
359 louváveis mas não para este momento. Eles deveriam ser feitos em um momento anterior
360 a este. Como fazer um hospital funcionar se aprovando o repasse de apenas 70 mil, por
361 exemplo, quando este mesmo valor vem sendo liberado há cerca de 12 anos. O momento
362 do questionamento é na hora da aprovação do plano estadual. Tudo que o parecer indica é
363 quanto a gestão irá gastar, isso é o que foi aprovado pelo CESAU. Quando a SESA vier
364 prestar contas, ela prestará destes poucos recursos aprovados. **A Técnica da SESA**
365 **Leilane da Silva Benecunte** disse que quando o Núcleo de Economia pegou a demanda
366 de realizar a prestação de contas ele continuou com o trabalho que já havia sendo feito.
367 Também disse que para a prestação de conta, todos os não executores foram convocados
368 para prestar justificativa mas nenhum compareceu. Falou que compartilha da mesma
369 angústia do CESAU e sabe das dificuldades para se obter resposta das áreas que não
370 cumpriram com o seu papel. Falou que estava aberta a sugestões. **A Conselheira Maria**
371 **Arnete Borges** disse que gostaria de entender quem é que deve executar as ações
372 mesmo estas sendo custeadas com pouco dinheiro. Falou da política da pessoa com
373 deficiência que nunca foi implementada e isso precisa de uma resposta. **A Presidente do**
374 **Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** falou que este ponto de pauta
375 não está esclarecido para o pleno. Que é necessário que a gestão esteja aqui para
376 defender esta questão. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa** sugeriu a convocação de uma
377 reunião extra para discutir apenas aquele assunto. **O Conselheiro Asevedo Quirino de**
378 **Sousa** lembrou que o papel da câmara técnica é convocar, discutir e quando esta
379 finalmente se dá por esclarecida, encaminha o parecer favorável para o pleno. Uma vez
380 que a câmara se reúne, ouve todas as partes e recomenda aprovação, se alguém tem
381 alguma dúvida, ela vai lá e esclarece. Se disse preocupado pois se fará uma extraordinária
382 para debater um assunto já debatido dentro da câmara. Perguntou qual era o papel da
383 câmara técnica. O que se precisa mesmo é comprometimento dos conselheiros que
384 colocam seus nomes nas câmaras mas não comparecem as reuniões das mesmas. **O**
385 **Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** cobrou a versão final do plano que ainda não
386 havia sido apresentado. **O Conselheiro Antônio Cleiton Magalhães** lembrou uma das
387 reivindicações da oficina do plano estadual onde foi cobrado um novo modelo de
388 apresentação do plano. Falou que a divergência de opiniões entre câmaras técnicas é
389 normal pois isso gera as contradições. O que não é normal é a presença de um
390 conselheiro em todas as câmaras técnicas, pois assim este conselheiro viveria de reunião.
391 Disse que o Cesaú tem que deixar de ser uma instância meramente aprovativa e começar
392 a enfrentar o governo pois o Estado do Ceará tem uma das melhores rendas fiscais do

393 país. **O Conselheiro José Célio Peixoto Silveira** disse que a missão da CTOF é uma
394 missão inglória. Falou que foram feitas mais de 20 reuniões até que se conseguiu aprovar.
395 Foram levantadas as justificativas do porque da não execução das ações e poucos foram
396 os órgãos que justificaram a falta de ação. Falou que a questão é aprovar o orçamento no
397 papel e outra é você questionar o que foi feito anteriormente como por exemplo o
398 congelamento de recursos, repassando o mesmo valor para uma unidade há 12 anos.
399 Questionou como se aprova um repasse sendo que este repasse não é suficiente para a
400 realização completa da ação. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa** disse que concorda e
401 discorda do conselheiro Célio. Falou que é preciso ter um outro olhar pois a aprovação não
402 é apenas só contas e números, mas sim, a saúde da população. EM REGIME DE
403 VOTAÇÃO SUSPENSÃO DO PARECER TÉCNICO/RECOMENDAÇÃO N° 06 - A /2017
404 ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS/SESA - 1º, E 2º E 3º QUADRIMESTRES DE 2016.
405 COM 24 VOTOS FAVORÁVEIS, SUSPENSÃO APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO. EM
406 REGIME DE VOTAÇÃO AGENDAMENTO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA
407 DISCUSSÃO DO PARECER TÉCNICO/RECOMENDAÇÃO N° 06 - A /2017 ASSUNTO:
408 PRESTAÇÃO DE CONTAS/SESA - 1º, E 2º E 3º QUADRIMESTRES DE 2016. COM 20
409 VOTOS FAVORÁVEIS APROVADO. EM REGIME DE VOTAÇÃO AGENDAMENTO PARA
410 27 DE ABRIL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA TRATAR DO PARECER CTOF N°
411 06/2017, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E 4 ABSTENÇÕES,
412 APROVADO AGENDAMENTO. **O Conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães**
413 acrescentou que a forma de apresentação do Prestação de contas para o plano de 2017
414 deve coincidir com a forma de apresentação do Plano Estadual de Saúde. **A Presidente**
415 **do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** informou que todos os
416 relatórios se encontram no e-mail dos conselheiros. EM REGIME DE VOTAÇÃO PARECER
417 01/2017 CTSTMA. COM 23 VOTOS FAVORÁVEIS APROVADO PARECER. EM REGIME
418 DE VOTAÇÃO RECOMENDAÇÃO 02/2017 CTGTES. COM 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 05
419 VOTOS CONTRÁRIOS E 2 ABSTENÇÕES APROVADO PARECER. ENCERRADOS OS
420 TRABALHOS DO PERÍODO DA MANHÃ.. RETOMADOS OS TRABALHOS DA TARDE. **A**
421 **Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** retomando os
422 trabalhos da tarde com a posse da Conselheira Estadual de Saúde a representante da
423 Associação dos Municípios do Estado do Ceará-APRECE na cadeira de suplente a Sra.
424 Silmara Cristine Furtado que teve 03(três) minutos para fazer o uso da fala. **A Conselheira**
425 **Silmara Furtado** fez sua apresentação e expôs suas expectativas como suplente da
426 APRECE e como profissional de saúde já que é enfermeira. **A Presidente do Conselho**
427 **Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** deseja boas vindas à Silmara Cristine
428 Furtado e inicia a apresentação dos Pareceres Técnicos CANOAS/SESA que são um total
429 de 6 Pareceres e que serão votados em bloco. **O Conselheiro José Teles dos Santos**
430 pede a palavra e solicita que os pareceres da CIST sejam votados primeiramente porque
431 irá se ausentar às 15:00hrs. **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia**
432 **da Costa Mello** consulta o Pleno e todos aprovam a antecipação da apresentação dos
433 pareceres da CIST. **O Conselheiro José Teles dos Santos** inicia com 03(três) pareceres
434 da Comissão de Saúde do Trabalhador. O primeiro parecer trata da revisão e atualização
435 do regimento interno da comissão intersectorial de saúde do trabalhador e da trabalhadora
436 do CESAU. Relata que foi enviado para o e-mail dos conselheiros e que a Câmara está
437 recomendando a aprovação deste regimento. O segundo parecer é sobre a realização do
438 ato público ABRIL VERDE e que a câmara está recomendando ao CESAU o apoio à
439 realização do ato público em memória das vítimas de acidentes no trabalho dia 28 do
440 corrente ano no horário de 08 às 13:00hrs na Praça do Ferreira e, de 14:00 às 18:00hrs,
441 audiência pública na Assembleia Legislativa. Relata que distribuiu o material aos

442 conselheiros inclusive a adesão à paralisação. Em seguida descreveu o ato e sua
443 programação. O terceiro parecer trata dos agentes comunitários de saúde de Ipueiras. Um
444 que tem lupus e estão mandando ela ir trabalhar exposta ao sol e outros dois que são
445 deficientes. A câmara recomenda que os gestores estadual e municipal de Ipueiras
446 garantam a permanência destes agentes com atividades nos postos de saúde e áreas de
447 atuação conforme vem acontecendo e sem prejuízo para ambos. Os três estão há 08(oito)
448 anos na reabilitação e trabalhando nos postos de saúde. O próximo parecer é da Câmara
449 Técnica de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente que trata da implantação do
450 ambulatório com profissionais e equipamentos necessários aos primeiros socorros nas
451 dependências da SESA em caráter de urgência. Iniciaram as falas dos inscritos. **A**
452 **Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana Lúcia da Costa Mello** fala com relação
453 ao parecer nº 2 ABRIL VERDE, que coincide com a paralisação total do CESAU nesta data
454 do ato, ou seja, há uma contradição e pede adiamento para dia 29. Com relação a
455 implantação do ambulatório, não é só a SESA que detém, outras estruturas também detém
456 um grande número de funcionários. Se abrir o precedente de um ambulatório na SESA,
457 tem que pensar como ficarão as outras instituições. **A Conselheira Lucia de Fátima**
458 **Queiroz** fala com relação a recomendação nº1 do regimento, quanto ao capítulo 5 da
459 composição, retirar a parte que diz: "trabalha com inseticidas" e ficar somente "as que
460 trabalham com endemias no SUS", e retirar o nome "FEDERAÇÃO" para que não ficasse
461 direcionada à uma entidade só, já que a vaga é do agente comunitário de saúde, a
462 exemplo do assento dentro do CESAU. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa**
463 sugere que retire "inseticidas" e acrescente "produtos químicos", ou seja, ficaria "dos
464 trabalhadores das endemias no SUS que trabalham com produtos químicos". Concorda
465 sobre a questão do tratamento da Federação que seria um representante dos agentes
466 comunitários de saúde do estado do Ceará, porque assim englobaria todas as entidades.
467 Com relação à alteração de data do ato, afirma que dia 28 é para haver paralisação total.
468 **O Conselheiro Rafael Vieira Fernandes** fala que, quanto ao segmento do trabalhador, na
469 reunião que foi elaborado não esteve presente mas queria pedir a inclusão da sua
470 Federação, a FETRAMCE, na CIST. **A Presidente do Conselho Estadual de Saúde Ana**
471 **Lúcia da Costa Mello** pede esclarecimentos quanto à paridade na composição que trata o
472 artigo 5, e cita que na câmara intersetorial não existe paridade, e que a paridade é só de
473 representação do Conselho. Se despede da reunião justificando que irá viajar com o
474 Conselheiro José Teles dos Santos e repassa a presidência da reunião para o vice-
475 presidente Marcos Coelho Parahyba. **A Conselheira Francisca Lúcia Nunes de Arruda**
476 sugere adiar a revisão do regimento da CIST para a próxima reunião. **O Conselheiro Joel**
477 **Isidoro Costa** se refere ao parecer do ambulatório e afirma ser interessante a idéia. Cita
478 que podemos deliberar sobre o assunto, sem se preocupar com as outras instituições,
479 caso também queiram um ambulatório. **O Conselheiro José Teles dos Santos** afirma
480 que, se a CIST não apoiar o ato, o mesmo irá ocorrer independente do apoio. **A Sra Edilza**
481 **Andrade** não entende porque querem retirar o nome da sua Federação da CIST. No
482 CESAU já retiraram de tudo. Pede que esse ponto de pauta retorne à câmara para
483 rediscussão. **O Conselheiro Francisco de Assis Marques Pires** se refere ao ambulatório
484 e faz uma proposta de colocar um ponto de ambulância aqui no CESAU para atender
485 alguma ocorrência dentro da SESA ou nas imediações. **O Conselheiro Aseveve Quirino**
486 **De Sousa** propõe que a discussão sobre o regimento da CIST fique para depois da
487 finalização da avaliação do regimento do CESAU. **O Conselheiro Marcos Coelho**
488 **Parahyba** concorda com ASEVEDO em ter um encaminhamento adiando revisão do
489 regimento da CIST depois da revisão do regimento do CESAU. **VOTAÇÃO SOBRE**
490 **"RETORNAR REVISÃO DO REGIMENTO DA CIST PARA A CÂMARA E SÓ VOLTAR**

491 **AO PLENO APÓS RENOVAÇÃO DO REGIMENTO DO CESAU”**. **SIM: 16 VOTOS, NÃO:**
492 **ZERO E 2 ABSTENÇÕES.** **A Conselheira Francisca Lúcia Nunes de Arruda** se refere
493 ao ponto sobre o ato e relata que o evento foi prejudicado pela decisão tomada hoje em
494 haver uma paralisação geral no dia 28, portanto não será votado. Então esse ponto de
495 encaminhamento será retirado de pauta. quanto ao encaminhamento sobre as agentes
496 comunitárias de saúde de ipueiras, **A VOTAÇÃO É: 12 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM**
497 **VOTO DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. APROVADO.** Quanto ao
498 encaminhamento sobre solicitar da SESA um estudo de viabilidade do ambulatório na
499 SESA a **VOTAÇÃO É: 15 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E**
500 **NENHUMA ABSTENÇÃO.** **A Técnica Hariádina Salveano De Sousa** se refere ao
501 encaminhamento da Comissão de Comunicação que trata de “aprovar um LAYOUT no
502 material permanente dos conselheiros(crachá, mochila e camisa)” e fez uma apresentação
503 desses LAYOUT's. **A votação deste parecer é: 18 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM**
504 **DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO.** **O Conselheiro Asevedo Quirino de**
505 **Sousa** sugere que os pareceres CANOAS sejam discutidos ponto a ponto. **O Conselheiro**
506 **Marcos Coelho Parahyba** pede a palavra e informa a presença de algumas pessoas
507 representantes da ABEMP que é um assunto que está dentro dos pareceres CANOAS e
508 que foi enviado uma carta/pedido através de ofício. **A Conselheira Francisca Lúcia**
509 **Nunes de Arruda** lê o ofício enviado pela ABEMP que trata de pedido de suspensão das
510 medidas recomendadas de suspensão de recursos financeiros e de nota de repúdio, bem
511 como pedido de defesa. **O Conselheiro Marcos Coelho Parahyba** contextualiza o ofício
512 e explica que trata de um pedido de defesa da ABEMP junto à CANOAS e abre a palavra
513 aos representantes da ABEMP. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** pede que os
514 pareceres sejam lidos primeiramente e tem seu pedido atendido pela mesa. Inicia
515 relatando o pedido da COPAS sobre uma liberação de recursos para a ABEMP num
516 montante de R\$1.500.000,00(um milhão e meio) sendo que nesse pedido não vinha o
517 parecer técnico da COPAS. Foram convidados o Secretário de Saúde e o CMS de
518 Maracanaú para prestarem informações sobre a ABEMP para reunião de 05 de dezembro
519 de 2016. Por ocasião de um curso para conselheiros municipais de saúde, um conselheiro
520 pediu para não se identificar, e informou que a ABEMP estava envolvida com alguns ilícitos
521 e que inclusive tinha uma auditoria da SESA. Mediante esta acusação, foi devolvido o
522 documento à COPAS solicitando seu parecer, e encaminhado também à Auditoria da SESA
523 para saber se havia realmente uma auditoria na ABEMP. Se realmente houvesse uma
524 auditoria, que fosse enviado o resultado para CANOAS. Paralelo à esses fatos, CANOAS
525 foi informada que, quem solicitou a auditoria na ABEMP foi a CORAC na pessoa de Alex
526 Montalverne que, por assim ter feito, fora exonerado da função. O relatório da auditoria foi
527 encaminhado à CANOAS, onde consta que a ABEMP fez uma desqualificação da Auditoria
528 da SESA, consta também que alguns procedimentos cobrados não foram realizados. A
529 auditoria recomenda que seja enviado para o Ministério Público. Em seguida leu o parecer
530 técnico nº 08.2017 que trata da suspensão de repasses financeiros ABEMP. **O**
531 **Conselheiro Marcos Coelho Parahyba** contextualiza novamente o ofício e explica que
532 trata de um pedido de defesa da ABEMP junto à CANOAS para confrontar a Auditoria e se
533 mostra favorável à ampla defesa do contraditório. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa**
534 sugere ouvir a equipe de Auditoria da SESA mas **A Conselheira Jimilly Mendonça Maciel**
535 pede vistas do processo e explica que, nem ela nem a Instituição, tomaram conhecimento.
536 Pede vistas dos pareceres nº 08 e 09. **O Conselheiro Marcos Coelho Parahyba** pede a
537 manifestação da equipe de Auditoria da SESA. **Dr. Ítalo**, médico e supervisor do Núcleo de
538 Auditoria da SESA, afirma que a CORAC foi quem enviou essa solicitação de auditoria na
539 ABEMP. Afirma também que foi dada oportunidade de defesa à ABEMP e que já foi

540 encaminhado ao Ministério Público. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa** pede que seja
541 mais contextualizado a situação. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro**
542 pergunta ao Dr. Ítalo se confirma o fato de uma paciente que fez ligadura de trompas e
543 posteriormente engravidou, ou seja, o procedimento cobrado não fora realizado. E
544 questionada ao Pleno a quem vai ficar o ônus, já que a mulher engravidou tendo feito
545 ligação de trompas. **O Conselheiro Marcos Coelho Parahyba** pede para não perder
546 tempo com essas perguntas porque já foi pedido vistas ao processo. **O Conselheiro Joel**
547 **Isidoro Costa** pede que seja disponibilizado o material para os conselheiros. **Dr Ítalo**
548 coloca algumas formas legais com relação à Auditoria. É uma mudança que está tentando
549 colocar no NUAUD desde que assumiu. Está separando a Auditoria da Avaliação de
550 Sistema de Saúde. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** pede que Dr.
551 Ítalo faça um breve relato de como está a situação do NUAUD com relação à força de
552 trabalho e outros pontos. **Dr Ítalo** agradece as colocações do conselheiro Cleyton e relata
553 que iniciou no setor em maio do ano anterior e que o setor estava a oito meses sem
554 supervisão. Já foi desmembrada da CORAC, já está mais independente. Hoje ainda conta
555 com poucos profissionais, pois conta com 6 auditores, 2 médicos cedidos parcialmente, 1
556 técnico de nível superior e está tentando ter um técnico de nível médio de volta. Irão iniciar
557 a realização de auditorias por amostragem. A unidade demandante é quem recebe o
558 resultado da auditoria. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** relata que já
559 houveram duas demandas do CESAU ao NUAUD que não foram respondidas e pede
560 parceria entre NUAUD e CESAU. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** inicia a
561 leitura do Parecer Canoas - Nº 10.2017 que trata do Aparentamento e Cargo de Auditor no
562 NUAUD/SESA. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** questiona o termo
563 “aparelhamento” contido no parecer e sugere trocar por “estruturação”. **O Conselheiro Joel**
564 **Isidoro Costa** relata que está na CORAC desde 1993 e que a mesma teve um papel muito
565 importante há alguns anos atrás. Na época do governador Tasso a CORAC valia muita
566 coisa, conseguiram fazer muita coisa no equilíbrio das contas do Estado, mas depois
567 houve um processo de sucateamento da Auditoria. Perdemos muita gente capacitada e o
568 setor virou um lugar onde mandavam as pessoas que não serviam para mais nenhuma
569 função dentro da Secretaria da Saúde do Estado. Quase fechou. Uma auditoria em um
570 hospital é muito importante para o próprio hospital, é uma consultoria gratuita. Só tem
571 medo de auditoria quem está fazendo coisa errada. O Alex foi demitido de uma maneira
572 injusta porque quis fazer o certo, por isso foi posto pra fora da coordenação da CORAC.
573 Parabeniza ao Dr. Ítalo pelas conquistas e demonstra ser favorável ao parecer nº10
574 CANOAS. **A VOTAÇÃO DO PARECER CANOAS - Nº 10.2017 QUE TRATA DA**
575 **ESTRUTURAÇÃO E CARGO DE AUDITOR NO NUAUD/SESA: 15 VOTOS**
576 **FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO.** **O Conselheiro**
577 **Antonio Cleyton Martins Magalhães** complementa o Dr. Joel dando um recado para a
578 mesa diretora, e cobra que devem discutir a maneira/motivo da exoneração do ex
579 coordenador da CORAC/SESA. Que não dá para ter reunião do Pleno sem a presença de
580 um representante da gestão com capacidade de resoluções. Quer deixar como
581 ENCAMINHAMENTO a mesa diretora cobrar da gestão sua presença nas reuniões do
582 Pleno. **Dr Ítalo** agradece a votação e o apoio e relata que estão recebendo apoio de vários
583 outros setores da SESA. Ressalta a importância da Dra. Tereza Malveira na equipe do
584 NUAUD. **O Conselheiro Marcos Coelho Parahyba** agradece a presença do Dr. Ítalo e da
585 Dra. Tereza Malveira e dá prosseguimento a reunião. **O Conselheiro Asevedo Quirino de**
586 **Sousa** inicia a leitura do Parecer Canoas Nº 11.2017 que trata da convocação COPAS. **O**
587 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** solicita que seja incluído ao parecer
588 “sob pena de comunicação ao Ministério Público”. **A VOTAÇÃO DO PARECER CANOAS**

589 **Nº 11.2017 É A SEGUINTE: 14 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E**
590 **NENHUMA ABSTENÇÃO. A VOTAÇÃO DA INCLUSÃO DO TERMO “SOB PENA DE**
591 **COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO” NO PARECER CANOAS Nº 11.2017 É A**
592 **SEGUINTE: 14 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E UMA**
593 **ABSTENÇÃO. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** inicia a leitura do Parecer
594 Canoas Nº 12.2017 que trata de aquisição de veículos com acessibilidade. **A VOTAÇÃO**
595 **DO PARECER CANOAS Nº 12.2017 É A SEGUINTE: 14 VOTOS FAVORÁVEIS,**
596 **NENHUM DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. O Conselheiro Asevedo**
597 **Quirino de Sousa** inicia a leitura do Parecer Canoas Nº 13.2017 que trata do
598 deslocamento dos Conselheiros Estaduais da Saúde para reuniões CESAU. **A VOTAÇÃO**
599 **DO PARECER CANOAS Nº 13.2017 É A SEGUINTE: 16 VOTOS FAVORÁVEIS,**
600 **NENHUM DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. O Conselheiro Asevedo**
601 **Quirino de Sousa** inicia a leitura do Parecer Canoas Nº 07.2017 que trata dos
602 encaminhamentos da Audiência Pública. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins**
603 **Magalhães** sugere que, onde cita o SUPERÁVIT PRIMÁRIO, seja incluído no
604 considerando a matéria do Jornal O Povo que mostra esse dado. **A VOTAÇÃO DO**
605 **PARECER CANOAS Nº 07.2017 É A SEGUINTE: 14 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM**
606 **DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. A VOTAÇÃO DA INCLUSÃO DA**
607 **MATÉRIA DO JORNAL O POVO NO PARECER CANOAS Nº 07.2017 É A SEGUINTE: 03**
608 **VOTOS FAVORÁVEIS, 05 DESFAVORÁVEIS E NENHUMA ABSTENÇÃO. O**
609 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** inicia a leitura da Recomendação
610 CTGTES Nº 01/2017 que trata do Conselho Municipal de Fortaleza. Sugere que, ao invés
611 de uma eleição provisória, seja uma eleição de uma comissão eleitoral. **A Conselheira**
612 **Francisca Liberata Holanda de Oliveira** pede a palavra e relata que, diante das
613 colocações, antes de tudo isso acontecer o CMS Fortaleza já vinha se movimentando e
614 articulando essa eleição. Sempre veio à tona essa questão do regimento que não estava
615 atualizado. Passadas as eleições veio o segundo turno, aí vieram algumas exonerações
616 inclusive de representante da mesa diretora dentre outras situações. A Conselheira não
617 entende o porque de uma eleição e questiona ao Conselheiro Cleyton. **O Conselheiro**
618 **Antonio Cleyton Martins Magalhães** cita que é servidor da Secretaria de Saúde de
619 Fortaleza e relata a situação precária em uma Unidade da Regional V. Desde o início do
620 ano o mais completo cenário de carência de materiais de insumos básicos. Os materiais
621 médico-hospitalares chegam com uma inconstância que inviabiliza o atendimento. Em
622 plena epidemia de arboviroses sequer dispõe de um analgésico. As empresas que prestam
623 manutenção nos equipamentos não estão executando essa manutenção e os gestores
624 alegam o problema da Lei de Licitação, sendo que não há necessidade de fazer licitação
625 para esses fins. **A Conselheira Lacia Farias Lacerda** pediu a palavra e relata que o
626 Município de Fortaleza está realmente desestruturado em sua Atenção Básica, é uma
627 saúde completamente abandonada, onde nem os equipamentos se comunicam entre si.
628 Afirma que sua família e ela são usuários do SUS e que há dez dias precisou do serviço do
629 SUS e ficou passando de uma unidade à outra de UPA até chegar no IJF com seu filho
630 com uma lesão em um osso da mão. Ao chegar no IJF foram extremamente mal atendidos
631 pela recepção que são terceirizados sem preparo para lidar com o público em geral, sem
632 apoio e sem acolhimento. No momento que precisou passar pela classificação, a
633 enfermeira simplesmente olhou e disse:” se não é fratura exposta vai para o Frotinha do
634 Antônio Bezerra ou de Messejana”. A Conselheira afirmou que seu filho tinha 11 anos e
635 que no Frotinha não atenderiam ele. A enfermeira reafirmou que estariam encaminhando
636 todos para o Frotinha, portanto ele seria atendido lá. Então a Conselheira precisou recorrer
637 aos “amigos do SUS” para saber onde realmente seu filho poderia e deveria ser atendido.

638 Falou com a diretora do Frotinha do Antônio Bezerra e com a diretora do Frotinha da
639 Parangaba e elas garantiram que não era lá que ele poderia ser atendido, pois não
640 atendiam traumatologia infantil. Após duas horas e meia é que conseguiu o atendimento
641 como se fosse um favor. Se aconteceu isso com ela, imagina o que acontece diariamente
642 com os menos esclarecidos. Estão liberando recursos para Atenção Básica de Fortaleza e
643 eles não estão vindo prestar contas. Precisam deliberar e cobrar as prestações de contas
644 de todo o recurso que já foi aprovado neste Pleno. **A VOTAÇÃO DO PARECER CTGTES**
645 **Nº 01/2017 É A SEGUINTE: 15 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E**
646 **NENHUMA ABSTENÇÃO. O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** deu
647 como encaminhamento que o CESAU precisa eleger um grupo para acompanhar o plano
648 de ação do CMS de Fortaleza. Foram tirados os nomes: Láciana Farias Lacerda, Lúcia
649 Arruda, Raimundo Rodrigues, Isabel Moura e Goretti Pinheiro. **A VOTAÇÃO PARA**
650 **APROVAÇÃO DA COMISSÃO QUE ACOMPANHARÁ O CMS DE FORTALEZA EM SUA**
651 **REESTRUTURAÇÃO, 13 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E**
652 **NENHUMA ABSTENÇÃO. A VOTAÇÃO DO PARECER CTGTES Nº 03/2017 e 04/2017:**
653 **11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. A**
654 **Conselheira Francisca Lúcia Nunes de Arruda** tratou de uma pendência da discussão
655 do MOPS que havia ficado aberta pela manhã: custos da execução. Informou que o evento
656 custaria ao CESAU R\$4.086,00. **A VOTAÇÃO PARA APROVAÇÃO DO PAGAMENTO DE**
657 **LANCHES PARA EVENTO DO MOPS. 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM**
658 **DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. APROVADO. A Conselheira Francisca**
659 **Lúcia Nunes de Arruda** falou que estava pautado a criação de um grupo de
660 acompanhamento de conselhos municipais de saúde. **VOTAÇÃO PARA APROVAÇÃO DA**
661 **CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO QUE ACOMPANHARÁ OS CMS. 12 VOTOS**
662 **FAVORÁVEIS, NENHUM DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. APROVADO. A**
663 **Secretária Executiva do CESAU Maria Goretti Sousa Pinheiro** falou que após a revisão
664 do regimento, realizada pelo GT, este se tornaria uma Comissão Permanente para
665 acompanhar os municípios pois alguns destes já estão solicitando auditoria. Foi discutido o
666 regimento da I CEMu. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** falou que a realidade
667 de alguns municípios é não querer realizar a Conferência de Saúde da Mulher justamente
668 por querer seguir a recomendação do CONASEMS e realizar as Conferências de Saúde
669 Municipais. Mediante a isto solicitou recurso de votação para que se rediscuta o formato
670 das Conferências temáticas defendendo que estas sejam regionais sob pena de não haver
671 nada. **A Secretária Executiva do CESAU Maria Goretti Sousa Pinheiro** solicitou que o
672 Pleno repensasse a forma como as Conferências se dariam, propondo que a mesma
673 deixasse de ser municipal e passasse a ser na modalidade regional, diminuindo assim os
674 custos para a realização do evento. Falou que todos os municípios que compõem o estado
675 do Ceará seriam contemplados. E isso seria tanto para a Conferência da Mulher quanto
676 para a Conferência da Vigilância em Saúde. **A Conselheira Maria do Socorro Marques**
677 falou que em uma reunião na sua região citou a importância da realização da Conferência
678 de Saúde da Mulher, porém, não lhe foi dada atenção. Citou inclusive que um dos
679 questionamentos que surgiu durante a reunião foi a possibilidade deste evento ser
680 macrorregional. Diante disso, perguntou como os municípios que realizariam suas
681 Conferências iriam ficar. **A Conselheira Lucia de Fátima Queiroz** perguntou se a
682 mudança desta decisão não iria causar atrito com os Conselheiros que em outro momento
683 foram contra e agora já não estavam presentes na reunião. **O Conselheiro Asevedo**
684 **Quirino de Sousa** falou que quem quisesse defender seu posicionamento deveria estar
685 presente nesta discussão. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** falou que
686 deveriam deixar as duas portas abertas, tanto para os municípios que querem fazer suas

687 Conferências municipais quanto para os que quiserem realizar regionais. **O Conselheiro**
688 **Antonio Cleyton Martins Magalhães** perguntou como ficará o município que já confirmou
689 sua Conferência. Será que a macrorregional seria uma Conferência paralela? **O**
690 **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** disse que o modo de realização não inviabiliza a
691 representatividade do município. E que aquela medida era uma forma de flexibilizar a
692 Conferência para que ela não fosse um fracasso, além de um desperdício de recurso
693 público. **A Conselheira Francisca Lúcia Nunes de Arruda** falou que o problema não é o
694 modo como a Conferência será, municipal ou regional, mas sim a sensibilização dos
695 gestores para a realização de uma Conferência temática que há trinta anos não acontece.
696 Falou que se a proposta de rediscussão retornar, será preciso rever o regimento. **A**
697 **Secretária Executiva do CESAU Maria Goretti Sousa Pinheiro** explicou que mudaria o
698 cálculo de participantes para a estadual, reduzindo o número de mil para a metade, dada
699 as experiências anteriores. Citou que gostaria que a conferência acontecesse com
700 excelência, mas que seja de acordo com a realidade e diante da obrigação e
701 responsabilidade com aquilo que é público. **A Conselheira Lucia de Fátima Queiroz**
702 perguntou onde iriam cortar o número de participantes. **O Vice-presidente Marcos Coelho**
703 **Parahyba** entende que se o município não fizer sua Conferência Municipal de Saúde da
704 Mulher ele não terá participação na etapa municipal. Diante da baixa manifestação dos
705 municípios em expressarem o desejo de realizar suas Conferências não é lógico pensar
706 em um evento para mil participantes quando não há dinheiro sobrando para tal
707 investimento. Falou que é melhor fazer uma Conferência menor e bem feita do que uma
708 grande com desperdício. **EM REGIME DE VOTAÇÃO REDUÇÃO DO NÚMERO TOTAL**
709 **DE PARTICIPANTES PARA 650 E QUE O MÉTODO DE REALIZAÇÃO DA**
710 **CONFERÊNCIA SEJA TANTO MUNICIPAL QUANTO REGIONAL ALÉM DE QUE ESTE**
711 **MÉTODO SIRVA PARA CONFERÊNCIA DE SAÚDE DA MULHER BEM COMO DA**
712 **VIGILÂNCIA EM SAÚDE. 12 VOTOS FAVORÁVEIS NENHUM DESFAVORÁVEL E**
713 **NENHUMA ABSTENÇÃO. APROVADO. APOVAÇÃO DA ATA 437, 8 VOTOS**
714 **FAVORÁVEIS NENHUM DESFAVORÁVEL E NENHUMA ABSTENÇÃO. APROVADO**
715 Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião a qual FOI GRAVADA e após
716 submetida à Secretária Executiva para leitura, análises, correções e à Plenária para
717 aprovação ficará disponível nos arquivos do Conselho Estadual de Saúde do Ceará –
718 CESAU, para fins de provas, pesquisas e como documento. Fortaleza, 10 de Abril de 2017
719 Maria Goretti Sousa Pinheiro (Secretária Executiva) _____
720 Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira (Assessora Técnica) _____
721 Kaio Stênio Targino Silveira (Apoio e Digitador) _____